

EDITAL

MARCO MARTINS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR:

Torno público, nos termos do disposto na alínea t) do nº 1 do artigo 35.º, conjugado com o artigo 56º, ambos da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, o meu despacho de 06 de setembro de 2019, que produz efeitos a partir de 09 de setembro de 2019, de delegação e subdelegação de competências na Vereadora Senhora **Dr.ª Sandra Eunice Ramos de Almeida**, em **REGIME DE PERMANÊNCIA E A TEMPO INTEIRO**.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

E eu, *Doceir Santos*, Técnica Superior o subscrevo.

Paços do Município de Gondomar, 06 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,



(Dr. Marco Martins)

**GONDOMAR**

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

DESPACHO**DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES****DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS****SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

1 - Nos termos do nº 1 do artigo 56º e do nº 4 do artigo 58º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação, por despacho de 27 de outubro de 2017, o **Dra. Sandra Eunice Ramos de Almeida**, foi designada como Vereadora, em **REGIME DE PERMANÊNCIA E A TEMPO INTEIRO**, a quem ficam afetas a coordenação e supervisão de todas as atividades a desenvolver nos seguintes âmbitos e pelouros.

- Desporto
- Jurídico
- Juventude
- Protocolo
- Património
- Turismo

2 – À Senhora Vereadora incumbe, ainda, a gestão corrente, designadamente o acompanhamento do funcionamento, a gestão de horários, as autorizações de cedência e/ou ocupação e o reporte de necessidades de intervenção, dos seguintes equipamentos municipais:

- Pavilhão Multiusos;
- Piscinas Municipais;
- Estádio Municipal de Valbom;
- Casas da Juventude;
- Pavilhões Desportivos Municipais;
- Praias Fluviais e Arais – gestão do rio Douro.



3 – Assim, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 36º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, ficam **DELEGADAS na referida Vereadora**, nos âmbitos antes indicados, as seguintes competências:

- a) Representar o município em juízo e fora dele - alínea a) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12/9;
- b) Elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do município – alínea d) do nº 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- c) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos – alínea l) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12/9;
- d) Promover a publicação das decisões ou deliberações – alínea t) do nº 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- e) Enviar ao Tribunal de Contas os documentos que devam ser submetidos à sua apreciação – alínea k) do nº 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- f) Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos serviços da câmara municipal – alínea c) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- g) Outorgar contratos em representação do município, designadamente escrituras públicas e demais atos notariais previstos no Código do Notariado, em que o Município de Gondomar seja parte – alínea f) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- h) Intentar ações judiciais e defender-se nelas, podendo confessar, desistir ou transigir, se não houver ofensa de direitos de terceiros – alínea g) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- i) Praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação – alínea h) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- j) Proceder aos registos prediais do património imobiliário do município, bem como a registos de qualquer outra natureza – alínea i) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- k) Determinar a instrução dos processos de contraordenação e aplicar as coimas – alínea n) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;



GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

4 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal, de 26/10/2017, me foram delegadas competências, nos termos do disposto no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **SUBDELEGO, na referida Vereadora**, nos âmbitos antes indicados, nos termos do n.º 2 do artigo 36.º, da Lei antes referida, assim como ao abrigo dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, as seguintes competências:

- a) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG – alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- b) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções – alínea h) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9.
- c) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central - alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- d) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património – alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- e) Alienar bens móveis – alínea cc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- f) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal - alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- g) Exercer todas as competências previstas no âmbito do regime jurídico das instalações desportivas de uso público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16/6, na sua redação atual – artigo 13.º.

Paços do Município de Gondomar, 6 de setembro de 2019

O presente despacho produz efeitos a 9 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,

(Dr. Marco Martins)